



O ARQUIVO E AS ARTES VISUAIS: EXTENSÃO E ANTROPOLOGIA VISUAL EM SOBRAL/CE – BRASIL

THE ARCHIVE AND THE VISUAL ARTS: EXTENSION AND VISUAL ANTHROPOLOGY IN SOBRAL / CE – BRAZIL

FREITAS, Nilson Almino de¹

RESUMO

O artigo discute a extensão transformadora, a partir das experiências promovidas pelo Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas – LABOME, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, na cidade brasileira de Sobral, no estado do Ceará. Apresenta as atividades extensionistas, vinculadas ao campo da antropologia visual, relaciona com a legislação vigente e detalha os princípios filosóficos, epistemológicos e metodológicos da extensão transformadora, exercida pelo laboratório. A proposta transformadora passa pela experiência compartilhada entre universidade e comunidade, a partir de prática pautada em ações simétricas de afecções que relativizam hierarquias e promovem uma sinergia, provocando movimentos múltiplos e rizomáticos.

PALAVRAS-CHAVES: extensão transformadora; invenção da cultura; antropologia compartilhada; espírito público; movimento.

ABSTRACT

The article discusses transformative extension, based on the experiences promoted by the Laboratory of Memories and Daily Practices - LABOME, of Vale do Acaraú State University, in the Brazilian city of Sobral, in the state of Ceará. It presents extension activities, linked to the field of visual anthropology, relates to the current legislation and details the philosophical, epistemological and methodological principles of transformative extension exercised by the laboratory. The transformative proposal involves shared experience between academics and people from the community, a practice based on symmetrical actions of conditions that relativize hierarchies and promote synergy, causing multiple and rhizomatic movements.

Keywords: transformative extension; invention of culture; shared anthropology; public spirit; movement.

¹ Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) / Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) / Curso de Ciências Sociais. Sobral, CE, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0324-3131> e-mail: nilsonalmino@hotmail.com

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O objetivo deste artigo é a partir da apresentação de uma série de projetos experimentais vinculados ao Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas – LABOME, discutir algumas questões teóricas relacionadas à extensão universitária. O LABOME² é um arquivo público de documentos especiais, particularmente fotografia, áudio e vídeo no campo da antropologia visual. É também espaço de prática museológica que envolve formação, produção e exposições descentralizadas de acervos no suporte das artes visuais, sem um local físico próprio para isso, usando as redes virtuais, além de mostras que circulam em diferentes locais e cidades. Esta prática museológica é exercida por programa de extensão chamado Visualidades³.

Todos os anos, quando conseguimos captar recursos, geralmente oriundos de editais de agências de fomento, promovemos Cursos de realização nas linguagens das Artes Visuais e Educação Patrimonial, incluindo formação para produção de obras nos suportes da fotografia, do desenho, da pintura, do documentário e das instalações artísticas. As obras produzidas nos Cursos são somadas a várias outras enviadas para serem incluídas no acervo do programa de extensão, via seleção normatizada por edital nacional, anual, lançado geralmente em outubro. O evento de divulgação é sustentado pela prática museológica já mencionada e o acervo selecionado circula por vários locais, no segundo semestre do ano. Geralmente são escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, ONGs, equipamentos de assistência social ou nas ruas, particularmente em bairros periféricos das cidades envolvidas. Em 2017 conseguimos alcançar 39 lugares, em 13 cidades, sendo 12 próximas a Sobral. Conseguimos realizar a mostra descentralizada de filmes no Rio de Janeiro, no Pós-doutorado em Estudos Culturais⁴ do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PACC/UFRJ e no complexo da Maré, no Instituto Maria e João Aleixo.

A logística é muito simples para atingir muitos lugares. Os alunos da UVA são oriundos de cerca de 50 municípios da região próxima a Sobral. Todos os dias, chegam dezenas de ônibus trazendo esses alunos de suas cidades, para participarem das atividades da universidade, levando-os de volta após o horário do encerramento das aulas. Especialmente no caso das mostras descentralizadas de filmes, os alunos interessados agendam nos locais que desejam exibir. O evento fornece as obras e o aluno cuida de fazer a monitoria para exibição e promover o debate com o público. Os debates são filmados e fotografados. Quando possível, os produtores dos trabalhos se fazem presente, para participar do debate. Os alunos dos programas especiais de bolsa

² O site oficial do LABOME é: www.uvanet.br/labome

O interessado também pode se relacionar com o LABOME via redes sociais: <https://www.facebook.com/LABOMEUVA> ou https://www.instagram.com/labome_uva/

Temos uma página no Youtube com boa parte do acervo:

https://www.youtube.com/channel/UC_YrVInMPTmRHY-jfpX5RjQ

No Vimeo, o endereço é: <https://vimeo.com/user21405266>.

³ O portfólio do Visualidades pode ser visitado no endereço:

<https://labomevisualidades.wixsite.com/visualidades>.

⁴ O articulista tem vínculo como pesquisador associado ao referido programa.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2020.46678

como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID ou Programa de Educação Tutorial – PET, ambos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, também ajudam no agendamento e monitoria. O mesmo apoio vem dos alunos que fazem as disciplinas de Estágio Docente em alguns cursos de Licenciatura. Em 2019 tivemos a colaboração da Secretaria de Educação de Sobral, Secretaria de Cultura de Meruóca e Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara para envolver os professores do Ensino Fundamental, que agendaram em suas escolas as exposições e fizeram a monitoria⁵.

Estão inclusas na programação conferências com especialistas nacionalmente ou internacionalmente reconhecidos, no campo da discussão da relação entre artes visuais e pesquisa acadêmica, especialmente no campo da antropologia visual⁶. Oficinas curtas também são ofertadas. Até 2017, as mostras descentralizadas, conferências e oficinas eram realizadas durante uma semana concentrada. A única exceção eram as exposições de fotografia, desenho, pintura e instalações artísticas que ficavam abertas durante dois meses. Em 2019 o formato deixou de ser concentrado e “se espalha” também no tempo, flexibilizando as datas dos agendamentos das mostras, descentralizadas entre outubro e dezembro. As demais atividades também se tornam mais flexíveis no que se refere à agenda.

Quanto às formações, em 2019 conseguimos aprovar projeto no Edital MECENAS do Governo do Estado do Ceará e outro no Edital Universal do CNPq, mas não conseguimos fazer a captação de recursos, em função de um problema fiscal do estado do Ceará, que impedia as empresas de apoiarem projetos culturais, via renúncia fiscal, pois muitas delas já estavam em seus limites de renúncia. No caso do CNPq, em função do contingenciamento promovido pelo Governo Federal, não conseguimos usar os recursos aprovados. Neste caso, as formações eram feitas no LABOME, com base em projetos que estão em andamento, no sistema de “aprender fazendo”, especialmente no que se refere à produção audiovisual e de documentários. O conteúdo teórico era trabalhado no Grupo de Estudos em Antropologia e Imagem. Com

⁵ No fechamento deste artigo, em outubro de 2019, já estavam agendados 30 lugares, em 10 cidades, incluindo o Instituto Federal situado em Campo Maior, no Piauí. Alguns registros podem ser vistos no site do LABOME no Instagram: https://www.instagram.com/labome_uva

⁶ Só para título de exemplo, já estiveram presentes no evento o professor Prof. Dr. Etienne Samain, da UNICAMP <https://www.youtube.com/watch?v=rcz2iYzTVRo&t=89s> ou <https://www.youtube.com/watch?v=9G-IILX6Y2I&t=10s>; a Profa. Dra. Clarice Peixoto, da UERJ <https://www.youtube.com/watch?v=964WfiBE9Os&t=5s>; o Prof. Dr. Marcos Gonçalves da UFRJ <https://www.youtube.com/watch?v=QTumPlpXpU4> ou <https://www.youtube.com/watch?v=XH305u9oYNc&t=10s>; o Prof. Dr. José Maria Gonçalves da Silva Ribeiro, da Universidade Aberta de Lisboa, professor visitante na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás <https://www.youtube.com/watch?v=le4-Cf7V4gQ&t=64s>, dentre outros. Para conhecer melhor cada versão do evento, basta visitar nosso canal no Youtube, pois todas as conferências têm transmissão ao vivo e fazemos, em ambiente fechado, entrevistas com os professores https://www.youtube.com/channel/UC_YrVlnMPTmRHY-jfpX5RjQ/featured. Em 2019, já aconteceu conferência do Professor Renato Athias das Universidade Federal de Pernambuco. A conferência pode ser vista no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ctNd-RVsQa4&t=200s>.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2020.46678

a equipe de alunos engajados, finalizamos o filme "UVA, 50 anos: trajetórias"⁷, sobre os egressos da IES, o filme "Poesia e Resistência"⁸, sobre o movimento Slam e Batalhas de Rap em Sobral, o filme "Sinal fechado: hora do show, hora do trampo!"⁹, sobre artistas de rua¹⁰, o documentário "Até o último suspiro" que trata de desocupação em bairro periférico em Sobral, narrado pelos moradores do local¹¹.

O evento que em 2019 vai para sua décima edição, integrando cinco linguagens visuais e com caráter descentralizado, no tempo e no espaço. Sua comissão organizadora é formada pelos seguintes professores: Prof. Dr. Nilson Almino de Freitas (UVA), Prof.^a M.Sc. Regina Celi Fonseca Raick (UVA), Prof. Ms José Raymundo Figueiredo Lins Júnior (UVA), Prof.^a Dr.^a Telma Bessa Sales (UVA), Prof.^a Dr.^a Heloísa Buarque de Holanda (UFRJ), Prof.^a Dr.^a Ilana Strozemberg (UFRJ), Prof. M.Sc. Philipi Emmanuel Lustosa Bandeira (UNINTA) e Prof.^a Dr.^a Alice Fátima Martins (UFG). A comissão científica é composta pelos professores: Prof.^a Dr.^a Cláudia Turra Magni (UFPEI), Prof.^a Dr.^a Clarice Peixoto (UERJ), Prof.^a Dr.^a Simone Maldonado (UEPB), Prof. Dr. Alexandre Fleming Câmara Vale (UFC), Prof. Dr. Otávio José Lemos Costa (UECE), Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (UNB), Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA) e Prof. Antonio George Lopes Paulino (UFC).

O LABOME e o Visualidades são também atividades integradas na Rede Internacional de Educação, Artes e Humanidades - REdArH¹², que congrega pesquisadores brasileiros, portugueses e uruguaios interessados em produção, em processos e em produtos no campo da relação entre artes visuais e pesquisa acadêmica. Faz parte também do Observatório de Paisagens Patrimoniais & Artes Latino Americana – OPALLA¹³, que está em fase de regularização da rede.

No caso da formação para produção dos documentários, primamos por alguns princípios básicos que têm relação com a produção compartilhada das obras de audiovisual, entendendo que nossos interlocutores são tão produtores de saberes e fazeres, quanto os acadêmicos. São "filmes de guerrilha", sem equipe profissional, sem roteiro rígido, feito por voluntários e sem recursos financeiros. O LABOME possui os equipamentos profissionais para isso, comprados com recursos de editais, mas a composição da equipe é feita nas condições descritas. Geralmente, são obras que têm relação com interesses de pesquisa, e o trabalho de campo é acompanhado pela filmadora. A produção, portanto, é conjugada à pesquisa e o roteiro só aparece no momento da edição e da montagem final. Costumamos chamar esse método para

⁷ Veja página: https://www.youtube.com/watch?v=iApb4Wmzt_U&t=160s.

⁸ Veja página: https://www.youtube.com/watch?v=iApb4Wmzt_U&t=160s.

⁹ Veja página: <https://www.youtube.com/watch?v=dcsgXk2PQGo>.

¹⁰ Veja página: <https://www.youtube.com/watch?v=dcsgXk2PQGo&t=2574s>.

¹¹ Ainda em fase de produção, o Teaser pode ser visto na página:

<https://www.youtube.com/watch?v=zRn4hy0ipJY&t=43s>.

¹² Notícias sobre o encontro da rede, pode ser visto no site: <https://fav.ufg.br/n/117043-encontro-redarth>. O espelho do grupo pode ser visto no link:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupos/0510125490251953>.

¹³ Notícias sobre o primeiro encontro da rede pode ser vista no site:

<http://uece.br/mag/index.php/noticias/14-lista-de-noticias/1264-2017-12-15-14-03-20>.



pesquisa de “videográfico”. Isso porque as fontes produzidas e o registro feito, o processo de aproximação e convencimento dos interlocutores para participarem da pesquisa são mediados pelo interesse em se produzir videograficamente, seja na efetivação de um projeto de documentário, seja no incremento de acervo que fica à disposição do público em geral, seja na produção compartilhada de obras visuais que envolvam várias linguagens ou na elaboração textual.

A ideia é estimular os alunos em formação para que possam pensar seus interlocutores como acompanhantes, ou até membros da equipe, discutindo os diferentes momentos e trocando experiências. Isso faz com que a atividade de campo produza material que vai além dos filmes finalizados. Pensamos, portanto, no filme como método de pesquisa e fonte, o que acaba gerando não só a obra audiovisual, mas também monografias de final de curso de graduação e dissertações de mestrado, sem falar nos artigos e nos livros. Quanto aos filmes, pensando em compartilhar experiências com os interlocutores, não se usa narrador em off e evita-se a palavra de especialistas acadêmicos, a não ser que o diretor do trabalho faça questão, exatamente para privilegiar a palavra daqueles que vivem aquela experiência e que aparecem como personagens e protagonistas da história. As obras não são comercializadas, mas circulam nas mostras descentralizadas e estão à disposição nas plataformas Vimeo e Youtube, já citadas neste artigo.

Outros produtos audiovisuais gerados nessas relações com a comunidade são pequenos vídeos exibidos nas redes sociais, que promovem alguns grupos culturais que apoiamos em Sobral. É o caso no grupo do bairro Sumaré chamado “Street Dance”¹⁴, o “Slam da Quentura” e “Slam das Cumadi”¹⁵, as batalhas de Rap “Batalha TN”¹⁶. A lógica que adotamos é de que o LABOME é uma espécie de “microfone” que potencializa e espalha as vozes da resistência em fazer cultura, sem recursos ou apoio, fazendo com que os corpos e vozes destes grupos, compostos por jovens pobres moradores dos bairros periféricos, possam ir mais longe, afirmando seu lugar de fala, seu poder sobre o território e reverberando, em vários lugares, sua coragem para denunciar e tentar superar qualquer tipo de opressão e violência. Não falamos por eles e elas. Só ajudamos a fazer com que suas vozes alcancem lugares onde não teriam

¹⁴ Um vídeo promocional do grupo feito de forma compartilhada com alunos vinculados ao LABOME pode ser visto no link: <https://www.youtube.com/watch?v=afkdWn24Xyg>.

¹⁵ O movimento Slam é um evento de disputa poética que acontece em vários locais do mundo. Em Sobral, mobiliza muitos jovens moradores da periferia que aproveitam para comunicar sua resistência perante todo tipo de opressão social, via poemas. O termo “Quentura” é uma referência ao clima quente da cidade e “cumadi”, uma forma de dizer que é um evento somente de mulheres, com uma característica regional, lembrando a força das relações de compadrio.

¹⁶ Todos estes coletivos e grupos possuem páginas próprias no Youtube, Instagram e Facebook, mas os vídeos que divulgam têm o apoio do LABOME. O “TN” relacionado a Batalha de Rap se refere ao bairro Terrenos Novos, um dos mais populosos e pobre da cidade de Sobral. Batalha do TN no YouTube: https://www.youtube.com/channel/UcbwZnIEGF_xVwIRpJb8iTPA. Batalha do TN no Facebook: <https://www.facebook.com/BatalhadoT.N/>. Batalha do TN no Instagram: BATALHA DO T.N (@batalhadotn) <https://www.instagram.com/batalhadotn/?hl=pt-br>. Slam da Quentura no Facebook: <https://www.facebook.com/slamdaquentura/>. Slam da Quentura no Instagram: SLAM DA QUENTURA (@slamdaquentura) <https://www.instagram.com/slamdaquentura/?hl=pt-br>.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2020.46678

espaço, como o meio acadêmico, por exemplo, assim como fortalecemos ainda mais seus desejos e estimulamos suas potências na busca por definir seus territórios.

Este resumo de atividades desenvolvidas pelo LABOME e pelo Visualidades remetem a discussões maiores sobre a função e o modelo de inserção social da universidade, conseqüentemente, o seu caráter extensionista. Seguimos discutindo alguns conceitos relacionados a estes temas, partindo da base jurídica e chegando a questões teóricas e epistemológicas.

EXTENSÃO EM MOVIMENTO: COLABORAÇÃO E BUSCA PELA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação – CNE, regulamenta as diretrizes para a extensão universitária no Brasil, previsto no Plano Nacional de Educação – PNE do período entre 2014 e 2024. Segundo o documento, no seu artigo 3º:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (CNE, 07/2018).

O documento visa fortalecer a curricularização das atividades extensionistas e sustenta sua estruturação na interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade, a formação cidadã, a produção de mudanças internas e externas às IES e a articulação do “tripé” ensino, pesquisa e extensão. Conceitos como cidadania crítica e responsável, interculturalidade, compromisso social, ética, promoção do desenvolvimento, equidade e sustentabilidade, são lembrados no documento. Estes princípios e concepções seriam praticados em programas (vários projetos em conjunto), projetos, cursos ou oficinas, eventos e prestação de serviços.

O capítulo 4º da Constituição brasileira de 1988, no artigo 218, modificado pela emenda 85 de 2015, que se refere à ciência, tecnologia e inovação, diz o seguinte “§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação” (Constituição Federal de 1988). No parágrafo seguinte, afirma: “§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional” (Constituição Federal de 1988).

Relacionando ao que propõe a legislação aqui citada, temos a Política de Inovação Social e Propriedade Intelectual considerando o marco jurídico de inovação, vigente no Brasil, que foi estabelecido pela Lei Federal n.º 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que altera a Lei de Inovação n.º 10.973, de 02 de dezembro de 2004. No art.



1º, inciso I, da Lei 13.243/2016, que dispõe sobre os princípios da Inovação no Brasil, podemos ler o seguinte princípio: "promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social". A portaria específica do CNPq (PO-360/2014)¹⁷, batizada como "Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para as áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas"¹⁸, detalha com mais precisão este princípio, apontando as diretrizes básicas para sua implementação. Esse marco jurídico e técnico do CNPq destaca os seguintes aspectos: investir na superação da pobreza, redução das desigualdades sociais e regionais, a inovação em tecnologias assistivas (que atendem a demandas das pessoas com deficiência), a massificação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o desenvolvimento de tecnologias urbanas e habitacionais e o fomento às tecnologias para agricultura familiar, dando prioridade aos seguintes temas: políticas públicas: elaboração, implementação e avaliação; estado, política e poder, ciência e tecnologia; trabalho, emprego e renda; territórios, meio ambiente e desenvolvimento; violência, diversidades e direitos humanos; cultura, memória, arte, audiovisual e patrimônio; espaços urbanos, desigualdades sociais e pobreza; comunicação, tecnologia da informação e redes sociais; educação, ensino básico e ensino superior, formação docente; globalização e transnacionalismos.

Ao atentar para a legislação, especialmente a portaria do CNPq citada, entende-se aqui que as atividades do LABOME e do Visualidades, atendem a quase todos os quesitos mencionados, no que se refere aos temas prioritários. Entretanto, na prática extensionista percebe-se que estes preceitos jurídicos podem ser implementados com base em três concepções correntes: assistencialista, serviços e práticas transformadoras. De fato, são interpretações correntes do que estabelece a legislação. A primeira se refere a práticas de mediação de conflitos, em uma espécie de busca da euforia social, sem necessariamente tentar radicalizar a resolução dos problemas decorrentes das diferenças sociais e da exploração. Certamente que não podemos generalizar que o conceito de assistência só pode ser entendido como uma espécie de método para amenizar o conflito. Existem variantes deste conceito que também estão presentes nas práticas extensionistas em algumas IES. Entretanto, é corrente associá-lo a um conceito muito preso ainda à tentativa de garantia de mínimos sociais, sem resolver definitivamente o problema da desigualdade social ou enfrentá-lo no sentido da busca de sua superação radical.

Já a concepção de serviços está fortemente vinculada a uma visão relacionada a relações econômicas, comerciais e de venda de força de trabalho e de produtos. Termos como inovação, competição, dentre outros usados por esta forma de ver a gestão das atividades de extensão estão associadas diretamente à lógica mercantil, regulada pela regra da oferta e da procura. A intervenção social passa a ser direcionada para aqueles que podem pagar pelo serviço prestado. Valores como agilidade,

¹⁷ Disponível em: http://cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2255720. Acesso em 11 abr. 2018.

¹⁸ Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Doc_GT_CHSSA20maioFINAL.pdf. Acesso em: 11 abr. 2018.



adaptação a “novos tempos”, “modernização”, são geralmente acionados, mesmo não sendo definidos de forma precisa, para caracterizar um modelo que está muito mais preocupado com o caráter privado da formação, voltado para o indivíduo que vai atuar no mercado de trabalho, do que um caráter público, voltado para um tipo de inserção social que possa ir, além da formação de competência, ou para além da venda e compra de serviços. As startups são o foco deste modelo. Com baixo capital inicial e crescimento rápido no que se refere ao lucro, são vistas como ecossistemas de um suposto “mundo novo”.

É exatamente neste ponto que o artigo se propõe a fundamentar o modelo de ensino, pesquisa e extensão, criado pelo LABOME e pelo Visualidades, para melhor entender que o conceito de extensão deste laboratório é baseado na prática transformadora. Entende-se que esse conceito atende a preceitos éticos relacionados à educação integral do ser humano, no que se refere ao direito a dignidade, equidade social e liberdade de expressão. Entende-se que nossas ações não se restringem à formação para o “mercado de trabalho”, apesar de não descartar que, mesmo não tendo isto como meta, a competência adquirida possa servir para atuação em determinados campos profissionais. Também não se volta para mediação de conflitos. Pelo contrário, se posiciona a favor daqueles que estão em posições desfavoráveis e dão voz para essas pessoas, visando apoiar, explicitamente, seus desejos e potências¹⁹.

O caráter público da ação de extensão é que vai nortear as práticas dos extensionistas no LABOME. Entende-se aqui, como Arendt (1997), que o privado está posto no campo das necessidades imediatas e está preso a elas. O público, pelo contrário, está no campo da liberdade. É mais amplo, pois não se prende às práticas que regem a sobrevivência biológica ou a produção técnica e material, que são usadas para sustentar o indivíduo. A autora critica versões que misturam o que seria da esfera privada, como se fosse pública, justamente porque não é libertadora, já que padroniza o que é certo e verdadeiro, entendendo este padrão como inquestionável, criando um conformismo nas relações, tornando as ações, modos de administração de necessidade imediatas. A liberdade de pensar da esfera pública, que promove o plural de opiniões e confronto político, é sempre vista como negativa, no campo do privado, que tenta burocratizar a vontade e institucionalizar um modelo como certo e incontestável.

Habermas (2003) acrescenta a essa concepção de público, a dimensão negativa que prejudica o caráter republicano geral quando prevalece a vontade privada. Esse

¹⁹ Fran Nascimento, poetiza Slam de Sobral, recita o seguinte no Slam da Quetura: “Ter direito ao microfone/A fala da vez é minha/Preta, pobre e da favela/Não tem que andar na linha/A linha quem dita é eles/Hoje, eu faço meu próprio caminho...”. Cf. FREITAS, et al, 2019. Pelo poema, se entende que a potência e a resistência já existem e eles e elas têm direito ao microfone para mostrar sua resistência contra o preconceito e a violência em seus corpos, a partir de seus lugares de fala. Não necessariamente pedem mudar de lugar, mas de respeitá-los, independente do lugar que vivem. É a dignidade humana que está sendo pedida. O que não é um ente abstrato. É concreto. Se pede condições para fazer o próprio caminho. O que se pede como dignidade humana é um atributo moral ou desejo pelo respeito e reconhecimento da autoridade de qualquer pessoa para fazer seu caminho, independentemente de sua classe social, cor da pele, lugar de nascimento ou gênero.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2020.46678

princípio republicano está relacionado à gestão das vontades coletivas, entendendo este coletivo como soberano e organizado por uma comunidade política que conduz relações de dependência mútua. Isso exige práticas de solidariedade e cooperação. A valorização do privado afasta o sentido republicano da gestão pública, já que não depende dela. Quando essa valorização da esfera privada se sobressai, a autoridade política passa a ter a função de vigilância da autonomia do privado, em detrimento do público. Nesse caso há uma inversão de valores, entendendo o público como coercitivo e negativo diante de um liberalismo individualista, assentado na moral privada que tudo pode.

Ao aplicarmos esta reflexão teórica na prática de nossa extensão universitária, podemos anotar que o conceito trabalhado no LABOME é aquele que passa a gerir um esforço que pense o caráter público, como liberdade de pensar e agir, que pode ou não estar vinculado a necessidades privadas, mas priorizando a solidariedade e a colaboração coletiva.

Isso tem implicações epistemológicas. Nessa prática extensionista, a ciência e o senso comum estão sendo pensados, não mais como oposições entre o cientista que pensa, produz e ensina o conhecimento, e o senso comum que é seu “objeto”, ou saber “vulgar” que aprende com o cientista.

No campo da antropologia, especialmente em meados de 1970, nos EUA, alguns autores já criticavam a ciência como promotora da verdade incontestável e explicativa, influenciados por outras discussões já presentes neste tempo, no sentido do anticolonialismo científico, desconfiança da potência exagerada da ciência para explicar o mundo na sua essência e relativização da autoridade do pesquisador em falar por “seus nativos”. Clifford (1998), por exemplo, mostra a desintegração da autoridade do pesquisador, nos fazendo desconfiar do plano único de linguagem da explicação, ou mesmo da interpretação. Sabe-se que nas ciências humanas, todas as disciplinas têm correntes de pensamento que entendem de maneiras diferentes a forma de pensar e fazer a pesquisa. Na antropologia não é diferente.

Essas reflexões geraram outras que levaram a pensar o conhecimento de outra forma, menos vinculado a um lugar de fala especial, criado para dizer a verdade, e mais uma expressão a partir de planos de linguagem diferentes que se relacionam e promovem uma alteridade que tem relação com uma produção compartilhada de saberes e de fazeres. O acadêmico, portanto, não é mais aquele que sabe mais do que seus interlocutores que são, geralmente, definidos como “objetos de pesquisa”, do ensino e da extensão, como já dito aqui. De fato, na formação acadêmica é apreendida uma linguagem que permite ao pesquisador diversificar seu vocabulário, podendo provocar novas percepções sobre o mundo que vive. Mas isso não quer dizer que há uma ampliação quantitativa de saber e de fazeres. Não quer dizer que o pesquisador sabe mais do que qualquer um.

Por outro lado, a questão não se resolve somente no campo da linguagem, apesar de ser importante. No trabalho de campo, em contato com o mundo empírico, o pesquisador é afetado por linguagens e performances diferentes, em relações



assimétricas do ponto de vista socioeconômico, mas, ao contrário, de estar lá como aquele que sabe, está aprendendo com os seus interlocutores, experiências corporais e linguagem que permite a construção de um contexto de comunicação simétrico quando se pensa que ambos são agentes e afetados pela experiência compartilhada. Isso permite pensar que o interlocutor, antes chamado de “objeto”, não é inerte. Ele também provoca, intervém, colabora (se quiser) e compartilha a partir de interesses negociados no trabalho de campo. O trabalho compartilhado de produção de saberes e fazeres, portanto, acaba não se restringindo ao aprendizado do pesquisador sobre o seu suposto “objeto”, mas também pelo aprendizado do interlocutor com relação à linguagem do pesquisador inquiridor. É uma espécie de pesquisa reversa, adaptando ao que Wagner (2010) chama de antropologia reversa.

Há uma invenção da cultura, mais uma vez no sentido de Wagner (2010), por parte do interlocutor, visando criar uma agência de construção de sentidos para afetar o pesquisador, da forma como entende que deve fazer naquele contexto de comunicação, criada no trabalho de campo. Por sua vez, o pesquisador, a partir de seus códigos de entendimento, interesses, método de comunicação e performance narrativa, cria a cultura do seu jeito. Para isso, não só o pesquisador se esforça em conhecer e inventar, mas também o interlocutor, já que precisam saber como se comunicar para afetar. A invenção não pode ser entendida aqui como algo pejorativo, mas como criatividade e adaptação a um contexto de vivências, a partir de códigos e práticas aprendidos na relação entre as pessoas que se envolvem em algumas atividades. Há uma performance que arregimenta o simbólico e o pensamento pragmático e mistura em uma sinergia de elementos cognitivos e práticos que são pensados para aquele momento da relação, produzindo saberes e fazeres.

A transformação pensada desta forma acontece independente das vontades do pesquisador em criá-la. Nesse caso, os seus saberes aprendidos na formação acadêmica acompanham o pesquisador no trabalho de campo e são transformados pela experiência com seus interlocutores, com o ambiente que criam, com os objetos que usam, dentre outros elementos do mundo objetivo e subjetivo. Por outro lado, as agências do pesquisador também transformam o “mundo” dos seus interlocutores, mesmo que não queiram. A pesquisa acontece acompanhada da extensão, portanto, no sentido da transformação em relações de simetria, no sentido das afeções múltiplas no trabalho de campo, e no contexto da assimetria social.

No final das contas, o que o pesquisador faz vai além da produção de uma ciência básica, mesmo que ele não queira, já que seu corpo, sua performance, seus interesses e suas agências são parte integrante de um processo de produção de saberes e fazeres que são compartilhados com vários agentes objetivos e subjetivos envolvidos na experiência de campo.

Nem sempre os pesquisadores admitem a possibilidade, de que no trabalho de campo há simetrias em que ambos, pesquisador e pesquisado são afetados e modificam suas formas de entender o mundo e fazê-lo, já que muitos são formados para pensar que são donos de uma capital intelectual, que os promove a produtores de verdades explicativas da essência da realidade ao seu redor.



O “real”, pelo contrário, deixa de ser entendido como preso a relações estáveis, fixas, cheias de rotinas previsíveis. No caso das ciências humanas, em particular, nessa concepção, a cultura e a sociedade passam a ser entendidas como fluxos rizomáticos de agências e afecções múltiplas, impossíveis de serem pensadas de forma plena e essencialista (DELEUZE, 1997). Por sua vez, o pesquisador deixa de ser um promotor da explicação e passa também a ser um agente de construção de sentidos, tendo de admitir que, muito do que fala é resultado de outras agências que lhe afetaram no trabalho de campo.

É exatamente essa concepção de conhecimento em transformação que orienta as atividades do LABOME e promovem práticas em que as comunidades, que são foco de atenção das agências dos pesquisadores e bolsistas, sejam parceiras nas ações, não um “público alvo” passivo e inerte, cheio de rotinas estáveis. As pessoas envolvidas nos projetos e programas do LABOME não são passivas, recebem serviços. Essa postura epistemológica e metodológica tem implicações políticas e morais que precisam ser discutidas e envolvem também a relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E MORAIS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E DA EXTENSÃO TRANSFORMADORA

A ideia de que a população da região de inserção da universidade pode ser “usuária” ou “público alvo” de serviços prestados pela IES tem forte relação com uma discussão que coloca as instituições como *locus* próprio para formação voltada para o mercado de trabalho. Os “interesses de mercado” são, geralmente, pensados como relação diádica entre cliente ou consumidor e aquele que vende serviços ou produtos. Essa noção gera um conflito adicional e derivado de pensar a IES como produtora de conhecimento básico, em oposição ao aplicado, o que já é uma repercussão do caráter público (livre) e privado (necessidade) que está posto para a universidade.

A pesquisa e a extensão que estão livres do imediatismo do mercado, passam a ser avaliadas por discursos que falam da desconfiança de sua utilidade. Nesse sentido, a universidade passa a ser pensada como voltada para satisfazer demandas e pressões de um modelo de relações sociais que não sugere preocupações com a busca pela dignidade humana, mas sim, com a produção econômica voltada para uma sociedade de mercado. O consumo vira a grande meta, pensando que a formação em nível superior deve provocar a capacitação para um tipo de produção de saberes, fazeres e obras que possam ser vendidas. Aquelas áreas que fogem a essa regra, são vistas como portadoras de “diletantismos inúteis”.

Para satisfazer esta lógica, o conhecimento científico deve ser pensado como um saber técnico, organizado e que funcione aplicado para melhor “ensinar”, e a uma extensão que possa gerar lucro, viabilizada por serviços ou assistências que reforcem uma “aura” de bondade e espírito de doação para remediar os problemas sociais, por exemplo. Produz um tipo de ensino e extensão, que é fundado em uma tecnociência da comunicação que produz um produto-objeto-informação que é padronizado e



“vendido” ou cedido, supostamente, caridosamente, de forma massificada para vários contextos. Aqueles que “consomem”, são vistos por este tipo de saber, como carentes e portadores de uma cegueira, ignorância e passividade que não permite que sejam produtores de conhecimento e prática equivalentes às aquelas produzidas pelo saber douto.

Porém, do ponto de vista do cotidiano ou das práticas “microbianas”, como diria Certeau (1994), esse parâmetro de oposição entre saber douto e “comum”, podem ser relativizados no que se referem à sua eficácia de construção de uma sociedade melhor, já que os seus efeitos são sempre subvertidos pela lógica da negociação de uma economia simbólica, que apresenta muito mais conflitos e tensões nessa imposição de ações racionalizantes e disciplinadoras, criadas por esta oposição, do que consenso. Essa resistência se apresenta de inúmeras formas e tende a ser reprimida por um discurso que sempre reforça a imagem de ignorância do “povo”. Por outro lado, as pessoas não dotas mostram seus saberes e fazeres, apesar de quase sempre não serem acatadas pelos acadêmicos.

Infelizmente a lógica do mercado parece ser proeminente em várias gestões universitárias e está em processo ascendente. Ela adentra, inclusive, no sistema de qualificação das atividades profissionais. O pesquisador ou extensionista de “qualidade”, não depende tanto da qualidade da descoberta na sua produção. A qualidade é parâmetro importante, mas pode ser uma mera padronização, baseada no currículo de uma forma de fazer, gerando repetições.

Toda a comunidade universitária, especialmente docentes e discentes passam a ser incentivados socialmente, apesar de em sua inserção profissional, sempre posta somente no campo das necessidades privadas. No caso do estudante, esse tipo de esforço de formação acaba provocando uma desresponsabilização sobre o que acontece na instituição e fora dela, enfraquecendo seu espírito público. A universidade, por sua vez, vira uma entidade burocrática visando a inserção no mundo das profissões.

As práticas do LABOME, portanto, não visam exclusivamente a formação para uma profissão. Pelo menos, não no sentido de pensar no campo das necessidades do mercado. Pretende-se voltar para fortalecer o espírito público, as relações republicanas e tomar uma posição política e moral diante das desigualdades. O espírito público está, inclusive, nas prerrogativas dos docentes serem funcionários públicos. Nesse caso, o termo serviço pode ser ressignificado para ser praticado como voltado para potencializar e promover a cidadania plena, voltada para busca de melhores condições sociais e culturais para fortalecer a dignidade humana. O servidor é o Estado representado por uma pessoa física que vai exercer sua função, visando o interesse público e o bem comum. Faltando equidade nas relações sociais, faz opções em buscá-la, transformando a sociedade e a cultura, a partir de interesses da comunidade em situação menos favorável socialmente, sustentado pelos interesses destas comunidades. Logicamente que os seus saberes e fazeres também afetam esta relação com e grupos que escolhe para atuar, resultando em uma negociação que, nem sempre, é pacífica ou despojada de tensões. Resta-nos continuar nesta trilha sinuosa,



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2020.46678

pensando nesta posição política e moral, baseada no espírito público e republicano de nossas ações.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hanna. *A Condição Humana*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 8ª edição revista, 1997.

BRASIL, Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*, Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, Edição 243, Página 49, 19/12/2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, CNPq (PO-360/2014). Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para as áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho do CNPq, acessível no site: <http://www.pensaraeducacaoempauta.com/#!politica-de-cincia-tecnologia-e-inova/c1qir>. Acesso em 2 de novembro de 2019.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 4. São Paulo: ed. 34, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: COSAC NAIFY, 2010.

Recebido em 14 de novembro de 2019

Aceito em 11 de maio de 2020



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2020.46678



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) está disponibilizada sob uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento *Creative Commons* adotado pela revista.